

EQUIPE DE ATENDIMENTO ITINERANTE “PETROS MAIS PERTO DE VOCÊ” CHEGA AO LITORAL PAULISTA

A equipe de atendimento itinerante da Petros realizará nos dias **26, 27 e 28 de maio** atendimento aos participantes da patrocinadora no Sindicato dos Petroleiros do Litoral Paulista.

A ação faz parte do programa “**Petros Mais Perto de Você**”, que tem como objetivo estreitar o relacionamento, ampliar a transparência e fortalecer a comunicação com os participantes e demais públicos da Fundação.

Durante o atendimento, os participantes poderão esclarecer dúvidas, tratar de questões relacionadas a benefícios, além de realizar atualizações cadastrais.

Parte da agenda será dedicada exclusivamente à negociação de empréstimos que estão em cobrança judicial. Para ter atendimento, é necessário agendamento prévio.

Para agendar um horário, acesse o nosso site www.sindipetrolp.org.br ou entre em contato com a Central de Relacionamento da Petros pelo telefone 0800 025 35 45 (disponível de segunda a sex-

ta-feira, das 8h às 20h). As vagas são limitadas.

Confira as datas e locais:

- **Santos:** dias 26, 27 e 28 de maio (terça, quarta e quinta-feira), na sede do Sindicato, das 9h às 17h

- **São Sebastião:** dia 27 de maio (quarta-feira), atendimento virtual, das 9h às 17h. O agendamento para os beneficiários deve ser feito diretamente na subsede pelo telefone (12) 3892 1484 ou pelo whatsapp (13) 99692-6645.

A participação de todos é fundamental para fortalecer a reivindicação da categoria pela instalação de um posto de atendimento fixo na região.

A Diretoria do Sindicato dos Petroleiros do Litoral Paulista segue em diálogo permanente com a Petros para viabilizar essa conquista, garantindo mais comodidade e acesso contínuo aos serviços da Fundação, ao mesmo tempo em que permanece firme na luta pelo fim dos PEDs.

DIA 25 DE FEVEREIRO: REUNIÃO MENSAL DO DAP APRESENTA PROJETO “BEM VIVER” DA UNIFESP

O Departamento de Aposentados e Pensionistas do Sindipetro-LP (DAP) convida aposentados, aposentadas e pensionistas para a reunião mensal, realizada sempre na última quarta-feira do mês. **O encontro será no dia 25 de fevereiro, a partir das 15h, na sede do Sindipetro-LP em Santos, com transmissão por videoconferência para a subsede, em São Sebastião.**

Nesta reunião, o Sindicato vai apresentar o projeto “Bem Viver”, desenvolvido em parceria com a Unifesp desde 2025, realizado por meio de um estágio com alunos e alunas de Terapia Ocupacional da universidade, que acontece no Sindipetro-LP com aposentados e aposentadas. As atividades são realizadas nas

quartas-feiras à tarde e, para explicar melhor a proposta e orientar quem tiver interesse em participar, a professora responsável pelo estágio foi convidada para a reunião, para comentar os detalhes, esclarecer dúvidas e orientar os próximos passos.

O “Bem Viver” reúne atividades voltadas ao bem-estar, à saúde e a novas possibilidades de cuidado e convivência. No primeiro semestre de 2026, estão previstos cinco encontros coletivos, com duração de 1h30 cada, realizados nas quartas-feiras à tarde.

Além da apresentação do projeto, a diretoria vai tirar dúvidas sobre ações em andamento

Ao final da reunião, haverá também a comemoração dos aniversariantes do mês.

21ª NOTA DO FÓRUM EM DEFESA DOS PARTICIPANTES DA PETROS SOBRE OS EQUACIONAMENTOS

Equacionamentos dos Planos Petros do Sistema Petrobras

Após duas semanas de vigília e 16 dias de greve, os aposentados, pensionistas, ativos e entidades representativas demonstraram sua força, união e capacidade de mobilização perante a gestão da Petrobras.

Esta mobilização resultou em um TERMO DE COMPROMISSO assinado pela Diretoria Executiva da Petrobras.

A obtenção de um compromisso oficial para a solução dos PEDs (Planos de Equacionamento de Déficit) é um fato inédito: pela primeira vez, os empregados da ativa se mobilizaram nacionalmente em prol dos aposentados. Após dois anos de árduas tratativas, em que a empresa refutava sua responsabilidade, finalmente foi formalizada sua corresponsabilidade e o compromisso de construir uma solução conjunta.

O Fórum em Defesa dos Participantes da Petros, munido deste compromisso, tra-

balhará para acelerar o objetivo de alcançar uma solução que preserve os direitos dos assistidos e extinga ou minimize significativamente o impacto das cobranças extras. No entanto, agiremos com a transparência de sempre: esta é uma jornada longa e repleta de incertezas. Trata-se de uma questão complexa devido aos altos valores envolvidos; não é uma solução trivial — se fosse, já teria sido resolvida.

Nesse sentido, destacamos que ofereceremos assessoramento jurídico e técnico para dar celeridade à etapa de validação, junto ao TCU (Tribunal de Contas da União) e à AGU (Advocacia-Geral da União), conforme os encaminhamentos necessários.

Essa etapa de validação no âmbito federal é fundamental para dar continuidade às tratativas de uma solução, atribuindo à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração da Petrobras a responsabilidade pelas deliberações necessárias, com a devida

proteção dos assistidos.

O recado é claro: trabalhadores, aposentados e pensionistas deixaram de ser a prioridade para a Petrobras, e precisamos lutar para reverter esta política.

Quanto à narrativa de que “a Petrobras tem que pagar o que deve!”, este é o entendimento do Fórum, porém não é a realidade imediata.

As regras mudaram. Existe hoje uma governança instaurada que não é para defender os interesses da empresa, mas sim os interesses dos acionistas. Essa estrutura possui força de lei e competência que extrapola os limites da companhia, envolvendo inúmeros órgãos externos e atos administrativos complexos. Isso impede que a solução venha por meio de uma simples “canetada”, como ocorria no passado.

Desde 1998, a Constituição Federal passou a estabelecer limites relacionados à paridade contributiva para empresas públicas e estatais que patrocinam planos de previdência complementar. A

partir de 2001, por meio de leis complementares ao comando constitucional, consolidou-se o entendimento de que as contribuições extraordinárias têm que ser pagas na mesma proporção das contribuições normais. Assim, a solução precisa respeitar o limite da paridade contributiva entre as patrocinadoras e os respectivos participantes e assistidos dos planos que patrocinam.

Passados 27 anos, depois dessas alterações constitucionais, nenhum participante ou assistido ou entidade representativa, seja de qualquer plano ou data de inscrição, conseguiu obrigar as empresas públicas ou estatais a pagarem mais do que está previsto em lei.

Nesta nova realidade, precisamos lutar, mobilizar e negociar termos que deem garantias aos participantes e que os diretores que hoje detêm o poder de decisão não se esquivem de assinar uma solução. Esta é a obrigação deste Fórum.

Alertamos que devemos es-

PARTICIPANTES E ASSISTIDOS

ATOS DOS PLANOS

tar atentos a grupos interessados no fracasso das negociações. A solução possível, caso efetivada, será amplamente discutida e esclarecida. Embora esteja longe do ideal, sabemos que a judicialização é um direito e pode ser exercida; ainda assim, há o risco de novos equacionamentos.

Enquanto esses grupos propagam falsas narrativas de soluções inexistentes e atacam vilmente qualquer avanço, inúmeros aposentados falecem vítimas da injustiça dos PEDs, sem desfrutar da melhoria de vida que uma solução real traria. Tal postura, além de desumana e egoísta, é criminosa.

Por fim, temos a certeza de que somente a unidade e a luta garantirão nossos direitos. Como a história da nossa categoria demonstra, nada nunca foi fácil. É imperativo que continuemos mobilizados.

Lembramos que as únicas fontes oficiais de informação sobre a resolução dos equacionamentos são as entidades que integram este Fórum.

Qualquer outra informação é mera especulação ou desinformação (fake news), com o intuito de prejudicar o andamento dos trabalhos.

Vamos caminhar juntos, como categoria organizada e solidária, em busca da solução que os participantes e assistidos da Petros tanto anseiam e precisam!

FÓRUM DAS ENTIDADES EM DEFESA DOS PARTICIPANTES DA PETROS

Federação Nacional dos Petroleiros (FNP)

Federação Única dos Petroleiros (FUP)

Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Aquaviários e Aéreos, na Pesca e nos Portos (CONTT-MAF)

Federação das Associações de Participantes de Fundos de Pensão, Anistiados, Empregados e Ex-Empregados do Sistema Petrobras e Petros (Fenaspe)

Associação de Mantenedores-Beneficiários da Petros (AMBEP)

CRIMINOSOS SE PASSAM POR ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA EM MAIS UM GOLPE

Golpes financeiros continuam sendo um problema para aposentados(as), pensionistas e trabalhadores(as) da ativa, mesmo com os frequentes alertas que fazemos. Estelionatários têm se passado por funcionários do escritório José Henrique Coelho, enviando mensagens falsas para solicitar o pagamento de honorários sob a alegação de valores a receber na Justiça ou valores depositados em juízo que aguardam serem liberados mediante a contato com o falso advogado. Quem for vítima deve registrar imediatamente um boletim de ocorrência (BO) e comunicar o escritório.

Os criminosos também utilizam o pretexto de pagamento de precatórios, chegando a falsificar sentenças judiciais para dar credibilidade à fraude. É fundamental que os associados e associadas não façam repasses de dinheiro, não forneçam dados pessoais e não entrem em contato com números desconhecidos.

Caso receba mensagens ou ligações suspeitas, não responda e desligue imediatamente. Se possível, anote o número ou salve as men-

sagens, enviando essas informações ao escritório para medidas cabíveis.

O atendimento jurídico legítimo é feito apenas nos seguintes locais: sede e sub-sede do Sindipetro-LP e no escritório do Dr. José Henrique Coelho. Os contatos oficiais são:

- Sindipetro-LP: (13) 3202-1101 ou (12) 3892-1484

- Escritório José Henrique Coelho: (13) 2102-3200 (Santos) e (12) 3892-2922 (São Sebastião)

- WhatsApp: (13) 99602-5133

E-mails oficiais:

- Previdenciário: previdenciario@coelhoadvogados.adv.br

- Trabalhista: trabalhista@coelhoadvogados.adv.br

- Atendimento geral: atendimento@coelhoadvogados.adv.br

O escritório, em parceria com o Sindicato, reforça que nenhuma cobrança é feita por mensagens ou ligações externas. A melhor forma de evitar ser vítima é redobrar a atenção, desconfiar de promessas fáceis e confirmar qualquer dúvida pelos canais oficiais.

REDUÇÃO ANUNCIADA PELA PETROBRÁS **NÃO CHEGA AO BOLSO** E EXPÕE EFEITOS DA PRIVATIZAÇÃO DA BR DISTRIBUIDORA

A Petrobrás anunciou, no dia 27 de janeiro, uma redução de até 5,2% no preço da gasolina tipo A vendida às distribuidoras, o que representa uma queda de R\$ 0,14 por litro, passando de R\$ 2,71 para R\$ 2,57. Foi o primeiro reajuste da empresa em 2026 e, à primeira vista, poderia indicar algum alívio para o consumidor.

Esse contraste é confirmado pelos dados da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP): enquanto a Petrobrás reduziu em 16,4% o preço da gasolina para as distribuidoras desde dezembro de 2022, o valor médio ao consumidor subiu 37,1% no mesmo período. A diferença entre esses dois movimentos evidencia que a distorção não está na refinaria, mas nas etapas posteriores da cadeia, onde a queda não foi repassada na mesma proporção.

Na prática, porém, esse alívio não chega ao orçamento de quem paga a conta no fim do mês. Isso ocorre porque o preço definido pela Petrobrás responde hoje por cerca de 30% do valor final pago nos postos.

Aproximadamente 35,5% do preço da gasolina é formado por tributos, sendo 24,8% estaduais (ICMS) e 10,7% federais (PIS/Cofins e Cide). Além disso, o etanol anidro representa cerca de 16,7% do preço final, enquanto os custos de

distribuição e revenda ficam em torno de 17,7%, incluindo logística, frete e margens de lucro das distribuidoras e dos donos de postos. Ou seja, mesmo quando há redução na refinaria, ela se dilui ao longo da cadeia.

Por isso, o problema central deixou de estar na produção e passou a se concentrar na estrutura de distribuição de combustíveis no Brasil. Os dados confirmam esse movimento. Em 2025, enquanto o preço do petróleo no mercado internacional e o Preço de Paridade de Importação (PPI) acumulavam quedas significativas, as margens da distribuição e da revenda seguiram no sentido oposto. O custo caiu, mas o preço não acompanhou. A diferença foi apropriada pelas distribuidoras privadas.

Segundo dados oficiais da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), com base nos volumes de combustíveis comercializados até dezembro de 2025, a Vibra Energia — antiga BR Distribuidora — manteve a liderança como a maior distribuidora de combustíveis do país no acumulado do ano. Mesmo com oscilações pontuais mês a mês, Vibra, Ipiranga e Raízen seguem concentrando a maior parte do mercado nacional de distribuição, com a Vibra à frente em participa-

ção no volume total vendido. Trata-se de um volume gigantesco de capital gerado não na produção, mas no controle da logística e da distribuição.

Esse cenário se consolidou após a privatização da BR Distribuidora. Quando era pública, a empresa cumpria um papel estratégico no sistema energético nacional, funcionando como instrumento de regulação indireta, ajudando a conter abusos, reduzir distorções regionais e amortecer oscilações do mercado internacional.

A Petrobrás fazia todo o processo do poço ao posto e assim garantia maior capacidade de influência sobre o valor final ao consumidor. Após a privatização, esse papel foi abandonado. O que se consolidou foi um oligopólio privado focado exclusivamente na maximização de lucros, mesmo em um contexto de queda de custos.

A privatização da BR Distribuidora foi um dos grandes ataques à soberania energética do país. Orquestrada no governo Bolsonaro, sob a condução de Paulo Guedes, não trouxe eficiência nem preços mais baixos para a população. Trouxe ganhos expressivos apenas para a iniciativa privada, ampliou a concentração de mercado e retirou do Estado brasileiro um instrumento fundamental de política pública.

Essa é mais uma herança

da sanha privatista deixada ao país. Hoje, mesmo com a Petrobrás reduzindo preços nas refinarias e com o petróleo em queda no mercado internacional, os combustíveis seguem pesando no orçamento de trabalhadores e trabalhadoras, aposentados e pensionistas, caminhoneiros, famílias que cozinham com gás e toda a sociedade que depende do transporte e da energia para viver e sobreviver.

Os dados desmontam o discurso de que a privatização traria mais competição e eficiência. O que cresceu não foi a concorrência, mas a margem de lucro. E quando a margem cresce enquanto o custo cai, alguém está pagando essa conta. No Brasil, essa conta recai sobre o povo.

Defender a retomada do papel da Petrobrás na distribuição não é nostalgia, nem ideologia. É soberania, é proteção ao consumidor e é política pública. Sem uma distribuidora pública forte e comprometida com o interesse nacional, o preço do combustível deixa de ser uma questão energética e passa a ser apenas mais um instrumento de concentração de renda.

Fontes: Agência Brasil, ANP, Petrobrás (composição de preços), Vibra Energia, Fecomcombustíveis, INEEP e CNN.

Fonte: FNP e com inserção do Sindipetro-LP